

ATA
Nº 2/2018

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a Assembleia de Freguesia de Vialonga, em Sessão Ordinária, no Salão Nobre da Junta, Freguesia de Vialonga, com a seguinte Ordem do Dia:

Período antes da Ordem do Dia

Ponto Um – Informação da actividade da Junta de um de Abril de dois mil e dezoito a trinta e um de Maio de dois mil e dezoito

Ponto Dois – Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos de Descentralização de Competências do Município de Vila Franca de Xira para a Freguesia de Vialonga

Ponto Três – Protocolo de Cedência de Espaço para Sede Social da Ilustra – Associação da Imagem de Vialonga

Período depois da Ordem do dia reservado à intervenção do público

Ficou de ser apresentado, ao abrigo do Art.º 9º ponto 1, do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vialonga o pedido de substituição por parte da bancada do PS, do eleito Pedro do Canto.

Foi assim constituída a Mesa da Assembleia: Presidente da Assembleia de Freguesia, Sr. Fábio Mousinho Pinto, a 1ª Secretária Sra. Joana Aruil e o 2º Secretário Sr. Paulo Nogueira.

Estiveram presentes os seguintes membros na bancada da CDU: Os eleitos, Sr. Jorge Cipriano, Sr. Paulo Basílio, Sra. Ângela Bordalo e a Sra. Helena Freitas. Na bancada do PS: Os eleitos, Sra. Ana Catarina Necho e Sr. Pedro Fernandes, tendo chegado mais tarde o eleito Sr. Bruno Cordeiro. Na bancada do CDS: A eleita Sra. Célia Duarte. Na bancada do Bloco de Esquerda: A Eleita Sra. Lina Batista.

Pela Junta de Freguesia estiveram presentes os seguintes membros do executivo: Presidente da Junta, Sr. José António Alves Gomes, a Secretária Sra. Leonor Alves, os Vogais Srs. António Mateus e João Nisa.

Foi lida a correspondência pela Sra. Joana Aruil, 1ª Secretária da Mesa, mencionando vários convites por parte da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, para a inauguração de exposições e iniciativas culturais, seminários, apresentação do projecto para a instalação da Unidade da Saúde Familiar de Vialonga, nos Paços do Concelho e ainda as comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, assim como convites para os aniversários da UDCS do Quintanilho e a ARPIV. Foi igualmente recebido um convite da Junta de Freguesia de Vialonga para o habitual Concerto de Verão.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia, deu início à Sessão Ordinária, saudando os membros do executivo da Junta de Freguesia e os eleitos das bancadas da Assembleia e as pessoas presentes no público. Solicitou que lhe fosse entregue o pedido da respetiva substituição, passando à inscrição das intervenções das bancadas.

Iniciou o período antes da Ordem do Dia, o eleito da bancada da CDU, Sr. Paulo Basílio, que cumprimentou os presentes. Apresentou duas questões, a primeira sobre o que estava a ser feito na Praça da Liberdade, se eram obras de reparação/reposição do que tinha sido destruído, ou se tinha um seguimento mais global, havendo um compromisso de quatro anos atrás. A segunda, se tinha tido acesso ao projecto da obra de conclusão da rotunda, junto ao primeiro Pingo Doce, se esta estava dada como concluída.

Interveio a Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, que apresentou os seus cumprimentos, deixando duas notas ao Sr. Presidente da Junta. A primeira nota prendia-se com a existência de um sinal de passagem de peões, que estava muito perto da passadeira e tombado, na Rua Prof. Egas Moniz, frente ao Santander Totta. Quem vinha da rotunda do Pingo Doce, estava perante uma reta, onde os condutores pecavam por excesso de velocidade, não respeitando a passadeira. Solicitava assim, a colocação do sinal direito e mais afastado da passadeira. Se fosse possível, colocar iluminárias neste local, porque só existiam de um lado da estrada e à noite tinha pouca visibilidade. Também pedia para colocar uma passadeira mais elevada e se possível com iluminação flash, dado se tratar de uma zona de comércio, sendo importante o atravessamento em segurança. A segunda nota, prendia-se com a paragem do autocarro, na Rua 1º Maio, junto à Quinta do Cabo, onde existia um sinal de atravessamento de peões, que estava tapado pela ramagem da árvore. Solicitava medidas de intervenção para a eliminação desta situação.

Interveio de seguida, a Sra. Catarina Necho, da bancada do PS, que questionou o Sr. Presidente da Junta sobre a existência ou não, de um espaço para animais de grande e pequeno porte, dado o número elevado dos animais, que se encontravam abandonados ou perdidos na Freguesia. Outra questão era a limpeza das ribeiras, nomeadamente na Fonte Santa, Alpriate, Quintas das Índias e a que passava junto ao mercado. Também comunicou as falhas constantes na rede móvel na Fonte Santa, pois as pessoas não tinham rede móvel. Pedia a intervenção e a tomada de medidas, junto das operadoras, para melhorar esta situação.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Pedro Fernandes, da bancada do PS, que colocou várias questões, nomeadamente sobre os transportes públicos, querendo saber em que ponto se encontrava essa situação, bem como o interface entre transportes públicos, pois com a CP esta coordenação não se efectuava. Insistia no assunto, para a melhoria da oferta dos transportes públicos. Também na Rua Prof. Egas Moniz, o passeio que fazia o acesso entre a Quinta da Gaia e a Quinta D. Cândida, para a escola EB23, continuava na mesma, com as dimensões reduzidas. Embora o mato tivesse sido cortado, de um dos lados, melhorado um pouco mais a segurança, não via contudo, grandes medidas de precaução. Como é que estava a situação da recolha de viaturas abandonadas, bem como o estacionamento da Quinta da Gaia, que, havendo um passeio enorme, talvez desse para encurtá-lo e colocar estacionamento nos dois sentidos das ruas.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que cumprimentou todos os presentes, a mesa da Assembleia, as bancadas e o público presente. Passou de imediato a responder às questões colocadas pelos membros das bancadas, respetivamente, pelo Sr. Paulo Basílio, eleito da bancada da CDU, dizendo que a Câmara Municipal andava a efectuar algumas pequenas reparações, resultante de uma visita do executivo Camarário e da Junta de Freguesia às diversas localidades. Foram detetadas algumas irregularidades, nomeadamente no Parque Residencial e tinham andado a efectuar reparações, nesse sentido. Desconhecia o que estava a ser feito, para além destas reparações, na Praça da Liberdade, sabia de uma intervenção junto à sede da valência de idosos da ABEIV. Relativamente à rotunda, tinha tomado conhecimento do projecto da sua construção, sendo a zona paisagística da responsabilidade da Câmara Municipal e que embora tenha questionado a Câmara Municipal, sobre a requalificação da rotunda, esta continuava na mesma.

Respondeu à eleita Célia Duarte, da bancada do CDS, que iria tomar providências, relativamente à reparação do sinal, que estava tombado e colocá-lo na posição vertical.

Interveio a eleita Célia Duarte para dizer que ainda o mais grave, seria a situação da passadeira e o modo de melhorar a mesma, porque os carros que se deslocavam, desde a rotunda, passavam no local em excesso de velocidade, referindo ser a mesma situação que se verificava na Rua Otávio Pato, porque a passadeira estar ali ou não estar, naquelas condições, era igual. Quanto a si, quando a atravessava tinha de olhar várias vezes e ter a certeza que os condutores iriam parar.

O Sr. Presidente da Junta disse que em termos de Junta de Freguesia, se lhe solicitasse, que evitasse que os carros passassem com menos velocidade, não poderia intervir. Desviar a passadeira, registava a preocupação, era uma sua competência, que iria analisar e ver, agora quanto à viatura não respeitar a passadeira, não lhe competia. Tinha havido casos de atropelamento na Freguesia, mas era o automobilista que não cumpria as regras de trânsito, situações que, como autarcas, os ultrapassava. Reportaria os casos à GNR ou a alguém de direito, para efectuar um melhor controlo de velocidade, dentro da localidade. Também iria cortar a ramagem da árvore, de modo a permitir a visibilidade do sinal, em questão, na Rua 1º Maio. Sobre a falta de postes de iluminação, iria reportar a situação, à Câmara Municipal, para que esta tomasse as diligências adequadas, com a EDP, nas zonas referidas.

Informou a Sra. Catarina Necho, da bancada do PS que a Junta de Freguesia não possuía espaços para colocação de animais abandonados, o mais que podia fazer era, se fosse possível, recolher o animal, levá-lo para o pátio da Junta e comunicar o pedido de recolha ao Canil da Câmara Municipal, único local existente e oficial. Disse registar a limpeza das ribeiras, indicou a limpeza das várias ribeiras na Freguesia, sendo esta, uma competência da Câmara Municipal, que procedia todos os anos, a um levantamento das ribeiras sujeitas à limpeza, realizadas de dois em dois anos. Por vezes, disse, surgiam conflitos entre a Câmara Municipal e os moradores, por causa da convergência dos terrenos ou casas particulares, com as ribeiras, pois era ao proprietário que cabia a responsabilidade de fazer a limpeza. Sugeriu que fizesse uma reclamação, junto do portal do município, a solicitar que a ribeira tivesse um tratamento mais atencioso.

Informou ainda que, não era só na Fonte Santa, que existia a dificuldade da rede móvel e internet, também acontecia o mesmo na localidade dos Mogos e Santa Eulália. Já tinha contactado as operadoras como a MEO, NOS, mas sem resultado. As operadoras que tinham a responsabilidade de fazer um atendimento a nível nacional, de todas as zonas e concretamente Fonte Santa e Santa Eulália, tinham grande dificuldade, ou não estavam interessadas, ou não tinham meios, mas tinha havido reclamações, tanto da Câmara Municipal, como da Junta de Freguesia Vialonga, junto das entidades, no sentido de colocar uma antena de melhor captação, mas esta reivindicação não teve resultados práticos. Em relação aos transportes, disse que o assunto tinha vindo a ser levantado, tanto na Assembleia Municipal, como em reunião de Câmara. Quando havia reclamações de munícipes, levava-as à Câmara Municipal e à Rodoviária de Lisboa e podia dizer que, após o levantamento que tinha sido feito, às localidades da Fonte Santa e Verdelha do Ruivo, a estatística apresentada pela Empresa, era de que não entrava nenhum passageiro em determinadas horas, ou no máximo, um passageiro e portanto a Rodoviária considerava e mal, disse, que não havia justificação, para que uma viatura se deslocasse a estas localidades. A reclamação tinha sido feita, mas sem resultados, por parte da Rodoviária de Lisboa, a esta reivindicação.

Relativamente ao passeio da Rua Prof. Egas Moniz disse que, na última Assembleia Municipal, realizada em Vialonga, no Salão Paroquial, tinha questionado de novo o Sr. Presidente de Câmara, na necessidade de fazer um alargamento de passeio, na dita zona, apontada pelo eleito Pedro Fernandes. A questão era que e até compreendia, para que a Câmara Municipal fizesse ali o passeio, tinha de fazer uma expropriação de terrenos, dado que junto ao passeio, era um terreno privado, o que não era fácil e deu o exemplo das obras, que tinham sido feitas no túnel, em que finalizou com passeios do túnel, sentido para a Póvoa e sem passeios do túnel, sentido para Vialonga, dada a dificuldade da expropriação dos terrenos que eram particulares e a negociação com os proprietários dos terrenos, não ter corrido bem. No caso da Rua Prof. Egas Moniz, ou chegavam a um entendimento e o que tinha proposto ao Sr. Presidente de Câmara, era que, tentasse junto do proprietário, fazer um acordo, no sentido de ele ceder, a bem, à Câmara Municipal ou vender uma metragem do seu terreno, porque quando esta via tinha sido feita, não era a pensar neste trânsito todo e tinham habitações feitas até à estrema da estrada, havendo alguma dificuldade na deslocação em alguns passeios, na via principal da freguesia, com meio metro de largura.

Relativamente aos carros abandonados, disse que a Junta de Freguesia informava da situação à Câmara Municipal, esta colocava o selo para a recolha da viatura, apesar de algumas terem o selo afixado, há mais de um ano, sem a Câmara Municipal os recolher. Deu como exemplo um Peugeot preto, na localidade do Morgado, com afixação do selo há mais de dois anos. Solicitou informação sobre a viatura, até podia ser uma viatura em processo judicial, entretanto estava a ser desmantelada na via pública. Tinha colocado uma questão pertinente, que eram os passeios largos na Quinta da Gaia e não era só nesta Urbanização que isto acontecia, era também na Quinta das Índias, Quinta da Flamenga, onde havia passeios com nove metros de largura. Já tinha chamado a atenção da Câmara Municipal para o fato de reduzir os passeios aumentando deste modo o estacionamento. Informou ainda que, para fazerem um estacionamento num espaço ajardinado, a Câmara Municipal teria de fazer uma alteração ao projecto, mas se o executivo achasse por bem, criar zonas de estacionamento, a Câmara Municipal estaria receptiva a essa realização.

Interveio a Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, dizendo não se ter feito entender, quanto à Rua Prof. Egas Moniz e à passadeira, frente ao Santander Totta, porque não tinha falado no sentido de advertir ou à falta de civismo dos condutores, o que pretendia, era saber, até que ponto era possível melhorar a situação daquela passadeira, colocar a iluminação ou na horizontal ou na vertical, no próprio sinal, com o alerta de proximidade de passadeira, como um meio dissuasor ou colocar até uma lombada, para redução de velocidade. Não pretendia que se ficasse a ver, quem excedia os limites de velocidade e queria saber até que ponto o Sr. Presidente da Junta podia ajudar, na solução deste problema.

Interveio ainda a Sra. Catarina Necho, da bancada do PS para dizer que em relação aos transportes públicos, na Fonte Santa, justificava que não havia passageiros a determinadas horas, porque eram pessoas idosas, que não conseguiam transitar, com as estradas cheias de buracos, com as tampas de esgotos de fora, não conseguiam circular nas ruas, para apanhar o autocarro e havia longos períodos de ausência de transportes públicos, que nem circulavam na parte principal da Fonte Santa. Disse que a Fonte Santa, em Vialonga, era esquecida e não fossem colocar a questão entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, porque nunca tinha havido um diálogo nesse sentido. Sabia o que era estar num autocarro e chover no seu interior, ter de sair três horas antes, para chegar a horas em Lisboa. Solicitava mais trabalho para resolver estes problemas da população.

Respondeu o Sr. Presidente da Junta, que iria estudar a situação, apontada pela eleita Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, sobre o sinal e a passadeira. Em relação à eleita Catarina Necho, da bancada do PS, queria dizer que a eleita vivia numa AUGI e talvez desconhecesse, mas a responsabilidade de uma AUGI era cem por cento da Câmara Municipal. Sabia muito bem, porque até na campanha eleitoral, para as Autárquicas, tinha a eleita do PS, reunido com os moradores e o Sr. Presidente de Câmara, a prometer a todos os residentes na AUGI, que iria fazer a reparação de todas as estradas, que estavam com buracos. Portanto, vir agora à Assembleia de Freguesia reivindicar uma situação, que era cem por cento da responsabilidade da Câmara Municipal, de fazer esse trabalho, agradecia a sua informação, mas como eleita desta Assembleia de Freguesia, vir à própria Assembleia de Freguesia de Vialonga, responsabilizar a Junta de Freguesia, ficava-lhe mal, disse, sabendo que cem por cento da AUGI era da responsabilidade da Câmara Municipal e se ali não havia estradas há quarenta anos, era uma situação da competência da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

O Sr. Pedro Fernandes, da bancada do PS, disse que a questão, era que o Sr. Presidente da Junta tinha sido eleito, para responder pelos Vialonguenses. Quando lhe estava a comunicar situações, era para que as resolvesse ou as comunicasse, a quem de direito.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Paulo Basílio, da bancada da CDU, que pediu para ficar claro sobre quem tinha poderes para gerir e quem tinha as responsabilidades, neste caso, sobre as AUGIS. Sugeriu à Assembleia de Freguesia, dado ser um tema muito importante, para a população e

eleitos da Freguesia, a realização de um debate sobre as AUGIS, porque continuava a haver muita ignorância à volta deste assunto, cujos processos se arrastavam durante décadas.

Disse haver uma derrapagem no setor público, sobre por exemplo a questão dos transportes, na Freguesia e a nível do país. Também se fosse para Lisboa, teria de regressar antes das vinte e uma horas e trinta minutos, senão teria de vir a pé para Vialonga. A Rodoviária já não era uma empresa pública, tinha sido entregue, porque quanto aos conceitos neoliberais, no privado ficava melhor, disse. Chorar em cima do leite derramado, não fazia sentido, competia à sociedade exigir serviços públicos, decentes, universais e gratuitos, cujo dinheiro justificava os impostos que eram pagos, concluindo que o resultado estava presente mais uma vez, nesta reclamação.

O Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada o período antes da Ordem do Dia, não havendo mais intervenções, colocando a Ata do dia vinte e sete de Abril de dois mil e dezoito, à votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade dos membros presentes.

O Sr. Presidente da Assembleia passou ao primeiro ponto da Ordem do Dia, Informação da Actividade da Junta de Freguesia, no período de um de Abril a trinta e um de Maio de dois mil e dezoito, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta, que passou a explicar as iniciativas e as obras realizadas, num período muito curto e disse que todas as bancadas tinham recebido o relatório da actividade, com a intervenção nalgumas reparações e melhoramentos na Freguesia. Também nestes dois meses lembrar e salvaguardar, que tinham tido importância, algumas iniciativas realizadas, como: a Caminhada da Mulher; Comemorações do 25 de Abril; as Vialonguadas, onde tinham participado um elevado número de associações, com várias modalidades e actividades; 5ª Feira da Espiga, uma data importante para a Freguesia, comemorado com um picnic na Fonte da Fonte Santa; primeiro Concurso de Bandas de Garagem com bastante adesão; segunda mostra de teatro, com a participação de quatro companhias de teatro, com atuação na Sociedade Recreativa da Granja, Santa Eulália, Eb 23, Centro Comunitário; Aniversário de várias Associações, Spot Clube Recreativo do Cabo, União Desportiva Cultural e Social do Quintanilho. Em relação às contas, tinha uma situação equilibrada e definida, colocando-se à disposição das bancadas, não havendo questões.

O Sr. Presidente da Assembleia passou ao segundo ponto da Ordem do Dia - Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos de Descentralização de Competências do Município de Vila Franca de Xira para a Freguesia de Vialonga, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta, que disse sobre este ponto, também as respectivas bancadas tinham na sua posse, aquilo que iria ser as novas descentralizações de competências, para a Junta de Freguesia, realçava algumas, que a Câmara Municipal tinha achado que, face à nova descentralização de competências ia passar para a Câmara Municipal e estava a referir-se concretamente às escolas do primeiro ciclo, polidesportivos e parque infantis. Aqui ressaltava que em relação aos parques infantis, era onde as Juntas de Freguesia sentiam alguma dificuldade, dado aquilo que eram as normas e as exigências da lei, para um parque infantil, requeriam grandes investimentos. Deu exemplo o parque infantil da Santa Eulália, que não estava certificado, porque o escorrega estava a quinze centímetros do estipulado por lei, tendo de aumentar a área do parque infantil, em mais quinze centímetros, para que o escorrega estivesse dentro da legalidade. Dado haver um conjunto de exigências as Juntas de Freguesia acharam que não tinham capacidade de resposta, para ficar com essa responsabilidade.

Chamava a atenção para a desmatção dos passeios da Fonte Santa, esta tinha deixado de ser da responsabilidade da Junta, tendo passado a ser competência da Câmara Municipal, bem como a Encosta do Moinho, Olival da Porta, Enxofrais na Granja, Variante e Fonte Santa.

No entanto, Junta de Freguesia tinha recebido outras competências, como o aumento das zonas verdes que era da responsabilidade da Câmara Municipal e passara a ser da Junta de Freguesia. Disse que estes acordos de execução não tinham sido fáceis, como qualquer outro Autarca gostaria de ter recebido mais verba, mas foi a que tinham acordado, com a Câmara Municipal. Anteriormente, tinham quatrocentos e oitenta e seis mil euros e agora tinha quinhentos e quarenta e oito mil euros, portanto, um aumento de cinquenta e quatro mil euros.

Outra das tarefas propostas e aceites, resultou do fato de a Câmara Municipal não ter a capacidade de fiscalizar a empresa, que fazia a recolha dos monos e, Vialonga, estava particularmente inundada de monos, junto aos contentores do lixo. Assim, ter havido o acordo, que a Câmara Municipal fez com as Autarquias, no sentido de a recolha dos monos ser da competência destas, em dois dias por semana, a depositar num local a combinar com a Câmara Municipal, para depois esta vir recolher.

Interveio a Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, para dizer que relativamente ao ponto numero dois, o contrato interadministrativo de delegação de competências, já tinha sido votado na Câmara Municipal, assim como os valores das transferências, com os votos favoráveis do PS, CDU e PSD com a abstenção do Bloco de Esquerda. Em relação às verbas, todos queriam sempre mais, mas os desejos eram uma coisa e a realidade era outra. Sobre o contrato, parecia-lhe bem, que a Câmara Municipal ficasse com o trabalho referente ao tratamento e abate de árvores, devido à exigência, quer dos conhecimentos técnicos, quer em muitos casos, de equipamentos pesados ou específicos. O mesmo quanto à desmatação, que em relação à Freguesia, pela sua própria geografia, ocupava uma área considerável, por isso devia ter custos de intervenção consideráveis, para uma Junta de Freguesia, como a de Vialonga.

Sobre a recolha dos monos, disse, o Sr. Presidente de Junta tinha falado, mas gostava de mais alguns esclarecimentos, sobre a recolha de monos e volumes de grandes resíduos, que não tinham cabimento nos contentores e ilhas ecológicas, passavam a ser feita pela Junta de Freguesia e aí não sabia bem em que base se tinham estimado, para ficar com esta competência e gostaria de saber, pois nalguns casos os trabalhos podiam não ser só manuais, ou seja, iriam requer equipamento de apoio e depois certamente que estes monos iriam para um depósito, um local de recolha e separação de resíduos. Ainda a este propósito, gostaria de saber e se o Sr. Presidente da Junta tinha conhecimento, para onde iam ser depositados estes resíduos, para posterior valorização. Em relação à verba extra, que rondava os dezassete mil euros e que podia ser usada para aquisição de equipamento, onde é que o executivo da Junta pensava utilizá-lo e se havia já alguma ideia. Para terminar dizia que, agora que a Junta de Freguesia ficava com menos competências delegadas, ficava também com mais espaço, para desenvolver mais e melhor serviço, à população de Vialonga.

O eleito, Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, deu entrada na sala, tomando o seu lugar na respetiva bancada.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Paulo Basílio, da bancada da CDU, que disse, pegando na intervenção da eleita do CDS, Sra. Célia Duarte, que quanto a si, tinha abordado assuntos muito importantes e a preocupação da sua bancada também se prendia sobre isto, sendo a primeira questão, a questão financeira. Embora tivesse havido um acréscimo da verba, em relação aos anos anteriores, no orçamento global da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, continuava a rondar os cinco por cento, os valores transferidos para as autarquias, não tinham subido muito mais do que isso. Era pena porque da parte das Câmaras Municipais, não havia confiança no trabalho das Freguesias e eram as que mais estavam em contato com as necessidades, lamentavam que a verba transferida, fosse ainda tão insuficiente, para o trabalho a desempenhar, pela autarquia. O documento, que julgava estar disponível para a consulta do público, em si, era uma radiografia do próprio Concelho e do que era a vivência e a insistência das várias Freguesias, que compunham o Concelho de Vila Franca de Xira e uma das conclusões

a que chegava, disse, era que a Freguesia de Vialonga tinha um peso muito importante, no próprio Concelho e daí a sua preocupação, da verba ser tão insuficiente.

A segunda questão prendia-se e já tinha sido falado na Assembleia, com as Freguesias serem agora responsáveis, pela recolha dos monos e quando todos já tinham visto objectos de grandes dimensões junto aos ecopontos e caixotes do lixo, para serem recolhidos, dado a dimensão dos monos, de certeza que não eram recolhidos à força braçal. Chamava a atenção para eventuais problemas, com os próprios trabalhadores da Junta de Freguesia e como a autarquia teria de providenciar, no sentido de se apetrechar com um veículo com uma grua. Colocava ainda uma dúvida, existiam números de telefone para a população dar a conhecer, a existência de monos e pedir a recolha, a pergunta que fazia era, se estes números de contato iriam ser os mesmos, com ligação à Junta de Freguesia, ou se iriam criar outros números de telefone próprios e fazer a divulgação, para ficar bem visível, haver um melhor encaminhamento da situação, pois o propósito, não era amontoar o lixo nas ruas.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para dizer que, em relação à questão colocada pela eleita Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, sobre a recolha de monos e dizia que, o que estava acordado, era que a Junta de Freguesia procedia à recolha dos monos, iria depositá-los na lixeira, junto à ponte, na Póvoa de Santa Iria, em local próprio. Depois a Câmara Municipal, com transporte especial, iria recolher os monos da Freguesia de Vialonga e da Póvoa de Santa Iria e levá-los ao estaleiro criado para o efeito. A Câmara Municipal depois de seleccionar o tipo de monos, iria enviá-los para empresas de reciclagem. A Junta de Freguesia estava a pensar comprar um trator com braço, para facilitar em muitos trabalhos de desmatção, pois alguns trabalhos ainda eram da responsabilidade da Junta de Freguesia e assim iria adquirir muito breve uma máquina corta relvas, para substituição da que havia, com mais de nove anos de trabalho diário, por isso com muito desgaste. A tomada destas medidas eram possíveis, desde que os acordos de execução, que apesar de terem sido aprovados, em Reuniões de Câmara Municipal e Assembleia Municipal, só a partir desta Assembleia é que poderiam vigorar, se fossem aprovados, caso contrário, se fossem recusados voltaria o processo, à Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, que apresentou os seus cumprimentos, pedindo desculpa pelo atraso devido a motivos profissionais. Relativamente ao ponto dois, disse que a sua bancada, olhava para estes acordos de execução e os contratos interadministrativos, com alguma esperança naquilo que basicamente tinha de dar resposta aos anseios das Freguesias e por outro lado, pelo fato destes acordos de execução e contratos interadministrativos dotarem as Freguesias, de mais meios financeiros, para poderem prosseguir a sua actividade, sendo um ponto positivo. Registavam o fato das Juntas de Freguesia, passarem a ter menos competências do que aquelas que tinham, ao abrigo dos anteriores acordos, com uma verba mais pequena, disponível por parte da Câmara Municipal. Registavam as pequenas reparações, que as Juntas de Freguesia faziam nas escolas do ensino básico, por outro lado as competências que tinham com as desmatções, no âmbito dos próprios parques infantis e alguns polidesportivos e algumas podas. Achavam que eram competências que deveriam ficar nas Juntas de Freguesia, obviamente, disse, com mais meios financeiros, para poderem prosseguir a sua actividade. No entanto havia algumas diferenças de opinião por parte das próprias Juntas de Freguesia, relativamente aquelas que eram a suficiência e meios financeiros, para poder prosseguir as suas actividades e as atribuições, que lhes eram conferidas, pela própria Câmara Municipal, através desta delegação de competências, que se materializava através destes contratos. As Juntas de Freguesia não tinham sido unânimes nesse aspeto, prova disso, era que a União das Freguesias da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, assim como a Junta de Freguesia Vila Franca de Xira continuavam a ficar com a competência para as desmatções, com o mesmo tipo de pacote financeiro. Achava que, se como estas Juntas de Freguesia deliberaram, a Junta de Freguesia Vialonga, com os meios financeiros adequados, podia prosseguir com este tipo de competência. Por outro lado, trazia muito mais responsabilidades, para a Junta de Freguesia de Vialonga, uma vez que, com menos competência e com

mais meios financeiros, para poder prosseguir a sua actividade, acabava por ter uma maior disponibilidade para fazer investimento e poder dar uma solução mais rápida, a alguns problemas, que tanto a bancada do PS, como as outras bancadas, presentes nas Assembleias Freguesia, que tinham ao longo deste mandato identificado como problemas e a necessitar de uma intervenção da Junta de Freguesia.

A bancada do PS estaria vigilante, não só com a execução quanto ao equipamento destes acordos de execução e contratos interadministrativos, como exigiria maior responsabilidade por parte da Junta de Freguesia, na resolução dos problemas da Freguesia, porque considerava que já a desculpa de que a insuficiência de verbas era muito grande e todos desejariam que o orçamento das Juntas de Freguesia fosse muito maior, mas com este acordo que se materializava e que a bancada do PS votaria a favor, já não poderia ser tão aceitável, no futuro, tendo em conta que havia mais meios financeiros, para poder prosseguir a sua actividade, como em competências. Numa lógica em que, por parte da Câmara Municipal, também tinha desenvolvido uma série de investimentos, em Vialonga, nomeadamente nas escolas a sofrerem intervenções, no Centro de Saúde, já com uma solução, era premente que a Junta de Freguesia com maiores meios financeiros, pudesse prosseguir da melhor forma possível, a sua actividade, disse.

Interveio de seguida a Sra. Lina Batista, eleita da bancada do BE, que apresentou os seus cumprimentos, para dizer que relativamente ao assunto em debate, o seu voto era favorável, após análise dos documentos e considerava que, era pouco, mas que a Junta de Freguesia de Vialonga tinha condições para executar melhor, com mais proximidade, um pouco mais de tempo até para aquilo que lhe estava inerente. Acreditava que a posição de todos, era a de servir todos os Vialonguenses, era esse o seu intuito, acreditando que todos iriam fazê-lo da melhor forma. Congratulava a bancada da CDU, pela proposta de ideia, sobre o debate das AUGIS, ideia onde gostaria de poder participar, pela existência de muita desinformação e juízos de valor mal feitos, compreendia a posição de todos, mas também compreendia o lado da razão.

Não havendo mais intervenções sobre o ponto em questão, o Sr. Presidente da Assembleia, colocou o ponto numero dois, Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos de Descentralização de Competências do Município de Vila Franca de Xira, para a Freguesia de Vialonga, à votação, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com um voto de abstenção.

O Sr. Presidente da Assembleia, passou ao período de intervenção do público, tendo tomado nota das inscrições feitas pelos cidadãos interessados, dando cumprimento ao estipulado naquilo que tinha sido aprovado no Regimento da Assembleia.

Deu a palavra à Sra. Rita Lopes, que disse ser utente da carreira 353 e 354 e querer intervir sobre os transportes públicos, na Freguesia, informando que, logo no final do ano passado, tinha iniciado um processo de conversações com a RL, no sentido de melhorar os transportes desta carreira. Era do conhecimento de todos, que tinha havido supressão de horários, praticados na época do Natal, causando constrangimento aos utentes, portanto este processo de conversação, iniciado com a RL, não foi só pelas carreiras 353 e 354, tinha sido também com outras carreiras. Disse que, desde o primeiro momento o Sr. Presidente da Junta, tinha estado presente e ao lado dos utentes das carreiras, no sentido de procurar dar força aos utentes, perante a RL, para resolver estas questões. O Sr. Presidente da Junta também tinha feito uma intervenção, em sede da Assembleia Municipal, procurando dar voz a esta necessidade e a RL tinha feito uma alteração de horários, com mais dois horários de manhã e um da parte da tarde, bem como um horário aos sábados. Disse haver mais situações para resolver, reclamações por parte dos utentes, pela falta de ligações dos transportes. Quem trabalhava por turnos não tinha serviços da parte da manhã, nem ao fim do dia, faltava também transportes aos feriados e aos domingos. Eram necessidades que a RL se recusava a resolver. Tinha feito a intervenção para informar os eleitos e para agradecer o

apoio que a Junta de Freguesia, na pessoa do Sr. Presidente, tinha dado a esta situação, no sentido de resolver as reclamações dos utentes.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que tinha sido de alguma forma condescendente, pois não tinha havido qualquer pergunta ao executivo, mas acreditava que era um assunto premente, para esta discussão e por isso tomar boa nota, mas nas próximas intervenções teriam de colocar questões ao executivo.

De seguida deu a palavra ao Sr. Ronaldo Agostinho, que disse ter duas perguntas muito rápidas, que era, sabendo que numa conversa que tinha tido, em que a Junta de Freguesia não podia fazer pagamentos diretos às bandas, nas Festas de Vialonga e outras mais, queria saber como é que iria ser feito esse pagamento, por intermédio de quem, ou de que associação/instituição. Se fosse possível, gostaria de ser informado sobre essas questões, visto que a Junta de Freguesia não o podia fazer, como tinha sido dito na conversa, que tinha tido anteriormente. A outra pergunta, era saber qual era a opinião do executivo, sobre determinadas pessoas, estarem no executivo e terem as suas funções, ao mesmo tempo, que tinham em associações, movimento associativo, qual era pois a opinião sobre essas delegações, se era viável, serem as pessoas isentas dessa forma.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para que respondesse às questões apresentadas, esclarecendo que, quando uma colectividade desempenhava uma iniciativa de cariz cultural ou musical, dentro da Freguesia e se a Junta de Freguesia se associasse a essa iniciativa, esta atribuiria um subsídio para o pagamento dessa iniciativa, tendo atribuído subsídios à Sociedade Recreativa da Granja, Grupo Desportivo de Santa Eulália, Sport Clube Recreativo do Cabo, (quando fazia a noite de fados), a ARPIV, aos Bombeiros, sendo portanto feito nestes moldes. Se uma banda viesse atuar para uma iniciativa única e exclusivamente da responsabilidade da Junta de Freguesia, essa banda seria paga pela Junta de Freguesia.

Respondeu o Sr. Ronaldo Agostinho que, se calhar, não se tinha feito entender, perguntou se estava a falar das Festas de Vialonga e se fosse, como eram pagas essas bandas, visto que a Junta de Freguesia e tinha sido dito pelo Sr. Presidente, que a Junta de Freguesia não podia pagar directamente às bandas. Gostava de saber como eram pagas as bandas, que associação era utilizada para esse fim. Como é que ia ser feito, visto que no ano passado existia uma empresa e nem tinha sido designada para este ano, para a organização das festas, quem era então o responsável pela organização das festas.

Respondeu o Sr. Presidente da Junta que a responsabilidade, pela organização das Festas de Vialonga era da Junta de Freguesia de Vialonga, portanto, todas as bandas que iriam atuar nas Festas da Freguesia de Vialonga, tinham sido contactadas e mediante uma consulta ao mercado, e analisados os preços, tinham escolhido determinadas bandas, para vir atuar. A Junta de Freguesia estava a pedir às bandas seleccionadas, porque ainda não estava fechado o processo, uma declaração de não dívida à segurança social, às finanças e a partir desse momento, a banda podia atuar e a Junta de Freguesia procederia ao pagamento. Todas as atuações nas Festas Populares de Vialonga iriam ser pagas na íntegra, pela Junta de Freguesia de Vialonga, dado que tinha optado por não entregar as Festas a nenhuma empresa. Podiam até ter seleccionado uma determinada empresa, para organização de eventos, para realizar as Festas de Vialonga, dentro de um programa apresentado, pela Junta de Freguesia. Neste caso, já o processamento do pagamento seria diferente, era à empresa que realizava o evento e depois a empresa responsável procederia ao pagamento de todos os intervenientes da festa, contratados para o efeito. No presente ano tinha optado por ser a Junta de Freguesia a responsável e o pagamento iria, desta forma, ser feito directamente da Junta de Freguesia, a cada artista, banda ou orquestra.

Relativamente às pessoas fazerem parte do executivo e fazerem também parte da presidência, ou serem vogais do movimento associativo, era uma situação que conferia à lei e podia ser, pois até o Presidente da Republica, podia ser também, presidente de uma associação, da sua terra natal, portanto qualquer pessoa que estivesse num cargo político, podia ser e deu o exemplo do Presidente da Junta de Freguesia de Camarate, que além de ser Presidente da Junta de Freguesia de Camarate, era Presidente dos Bombeiros Voluntários de Camarate, Presidente da Casa dos Motoristas de Camarate. Disse que as pessoas eram livres de desempenhar os seus cargos e funções, a lei não impedia e segundo a sua opinião, não tinha nada a opor sobre isso, estava portanto de acordo.

Não havendo mais questões, o Sr. Presidente da Assembleia, passou ao ponto número três, Protocolo de Cedência de Espaço para Sede Social da Ilustra – Associação da Imagem de Vialonga, informando que tinha recebido um pedido de anulação deste ponto, por parte da bancada do PS, sobre o qual passaria a palavra à bancada do PS, para intervir sobre este pedido de anulação, do ponto número três.

Interveio o Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, para dizer que nada tinha contra este ponto, até porque era uma questão normal, decorrida noutras situações. A única situação que apontava, era para haver alguma transparência neste processo, não tinha sido remetido nenhum documento, relativo nem à própria associação nem aos próprios estatutos da associação, que seria normal, para haver um melhor conhecimento desta associação, mas por outro lado, também não tinha sido remetido nenhum documento sobre a forma como seria feita a cedência e o espaço, para a qual iria ser feita a cedência de espaço, para essa associação. Posto isto, achava a bancada do PS, que, sobre este ponto, os documentos deveriam ser remetidos à posterior e agendados para uma próxima Assembleia de Freguesia, precisamente para que todos os eleitos pudessem ficar na posse de elementos necessários, para de uma forma conveniente, apreciar e votar este ponto.

O Sr. Presidente da Junta respondeu que, quanto à retirada do ponto, não teria nada a opor, as bancadas decidiriam, até porque não era a si que lhe competia retirar o ponto da Ordem do Dia. Esclareceu que a cedência seria sempre feita em regime de comodato, ou seja, haveria sempre um protocolo, em que a Junta de Freguesia estipularia um determinado tempo e com trinta dias de antecedência, rescindiria o contrato com ambas as partes. As bancadas teriam toda a liberdade de decidir a retirada do ponto.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Sr. Jorge Cipriano, da bancada da CDU, que cumprimentou todos os presentes e disse poder estar de acordo com a bancada do PS, se isso fosse uma situação que não tivesse vindo já a acontecer na Freguesia, não queria dizer que não se alterasse no futuro esta posição, mas pelo conhecimento que tinha das outras situações, que tinham ocorrido, o procedimento tinha sido igual. Estava de acordo que havia necessidade de tratar estes assuntos, no futuro, talvez com outra dinâmica e outra forma de apresentação, à Assembleia de Freguesia, mas nesta altura achava que não fosse a questão de retirar o ponto, só por causa dessa questão, não achava ser excepção.

Interveio o Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, para dizer que, só para clarificar o eleito da bancada da CDU, Sr. Jorge Cipriano, que não se tratava aqui de outra situação, se a memória não lhe falhava, noutros procedimentos havia sempre documentação a acompanhar e era uma questão relevante independentemente disso, tinha sido na exposição que tinham feito à mesa, que era a forma que tinha achado mais adequada e servia de exemplo para este e futuros procedimentos, identificava uma situação que podia ser mais clarificada, decorrer de uma forma mais transparente e estava aqui em boa hora, para alterar esse procedimento e começar a mudar, ter a documentação presente ou o protocolo relativamente à forma como a cedência do espaço, que em substancia, não tinham nada contra, mas se viesse com mais detalhe, essa informação, para poderem pronunciar-se de forma adequada, relativamente a esse aspeto. Insistiu no reagendamento do ponto, até porque a Assembleia era um órgão

deliberativo e a CDU por causa de outros pontos, já tinha ocasião de referir, que devia estar munida de toda a documentação necessária, para poder deliberar de uma forma mais adequada possível.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra à eleita Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, que interveio para dizer que a sua opinião ia no sentido do posição da bancada do PS, ou seja, a retirada do ponto, até porque não tinham um documento base, que lhes permitisse dar um voto favorável, ou não.

Interveio de seguida a Sra. Lina Batista, eleita da bancada do BE, para dizer que iria dar o seu voto de abstenção, julgou que o ponto iria passar, no entanto, respeitava a tomada de posição, da bancada do PS e iria dar o seu voto de abstenção.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao eleito Sr. Paulo Basílio, da bancada do PS, dizendo que, relativamente ao que tinha dito o Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, já tinham procedido da mesma maneira e até estava presente, um representante da última Associação, a quem, na Assembleia de Freguesia, tinham aprovado, pelas mesmas intenções, uma sede para essa Associação. Se futuramente exigiram a apresentação de documentação, isso não o incomodava, agora seria injusto para esta Associação, colocá-la a aguardar mais três ou quatro meses, pela sede, por causa de uma situação em que parecia cair o Carmo e a Trindade. Não estavam a colocar em causa as observações, em termos de procedimento, de futuro desempenho, podia ser assim, mas para o fim em questão, seria injusto para com as pessoas que estavam perante esta associação, terem que aguardar mais três meses para uma resolução destas. Não via o que podia invalidar este acordo, da parte da sua bancada, não via qualquer inconveniente em que o ponto fosse discutido, dado parecer injusto, a sua retirada.

Interveio o eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS e dirigindo-se ao eleito Paulo Basílio da bancada da CDU, para que ficasse claro, a sua bancada nada tinha contra a substância, agora porque haveria de haver um posicionamento diferente. Tinha havido um eleito de todas as bancadas a participar na alteração do Regimento, sendo que, no Regimento estava de forma clara, que, toda a documentação necessária, para que a Assembleia de Freguesia pudesse deliberar, relativamente a todos os pontos, era fornecida atempadamente à Assembleia de Freguesia. O novo Regimento estava a provar e até tinha sido bastante debatido, qual o período de antecedência com que a documentação deveria ser remetida, por uma questão de coerência, por esse mesmo novo documento da Assembleia de Freguesia, que tinha aprovado, achava que e não valia a pena, estar a misturar, porque era uma questão procedimental, nada tinha contra, pelo fato da Associação vir a ter instalações condignas para poder desenvolver a sua actividade. O que achavam e era um direito, enquanto eleitos, partilhado pelas restantes bancadas presentes na Assembleia de Freguesia e que tinham participado ativamente, na elaboração e alteração do Regimento da Assembleia de Freguesia, que foi aprovado recentemente. Este era um dos casos em que o procedimento era alterado por força do Regimento, tendo em conta isso, a documentação deveria ter sido remetida. Falavam de um aspeto formal, não falavam da substancia, do mérito que a Associação teria para poder beneficiar destas novas instalações e para poder exercer, de forma condigna a sua actividade. Nada tinha a ver com a Associação, mas sim com o procedimento, que não achavam correto e não sendo correto seria corrigido para um momento posterior, numa futura Assembleia de Freguesia, de acordo com o Regimento que estava em vigor, na Assembleia de Freguesia, com que todos tinham concordado.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação o adiamento ou a retirada do ponto da Ordem do Dia, o qual foi aprovado por maioria a apresentação do referido ponto e proceder à apreciação do mesmo.

O Sr. Presidente da Junta, bem como a funcionária administrativa Sra. Rosário Arez, tendo concluído que a dúvida estava na falta de entrega da documentação, inerente ao ponto em questão, clarificaram que o documento tinha sido entregue a todas as bancadas, anexo à restante documentação necessária para a

presente Sessão, de acordo com a forma de entrega previamente estabelecida com todos os eleitos, em suporte de papel ou suporte informático.

Deu entrada o elemento do PS, em substituição do Sr. Pedro do Canto, Sr. Gonçalo Miguel Marques, que tomou lugar na sua bancada, sendo que o Sr. Presidente da Assembleia solicitou que fizessem chegar à mesa, sempre no início da Sessão da Assembleia, a entrega das substituições dos membros das bancadas, com o motivo da substituição.

Interveio a Sra. Ângela Bordalo, da bancada da CDU, para dizer que após a votação do ponto e da aceitação do mesmo na Ordem do Dia, não valia a pena estar a interromper os trabalhos porque a bancada do PS ainda estava a analisar o ponto e não iria retirar o ponto da ordem do dia.

O Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, informou que no momento não conseguia confirmar se o documento lhe tinha sido remetido e então propunha que o Sr. Presidente da Junta de uma forma detalhada então explicasse esta situação.

O Sr. Presidente da Junta passou a explicar a existência e a funcionalidade da Associação, dizendo que havia um espaço na Verdelha do Ruivo, constituído por um edifício de primeiro e rés do chão, tinha sido solicitado por esta Associação que tinha feito ao longo dos anos, algum trabalho, também em parceria com a Junta de Freguesia, em exposições realizadas nas Festas e de alguns roteiros fotográficos pela Freguesia e na área da fotografia, tinham-lhe solicitado se havia a possibilidade da cedência de um pequeno espaço, no sentido de, além dos seus trabalhos, também fazerem uma apresentação à Junta de Freguesia e à população do trabalho que faziam na Freguesia. O que a Junta de Freguesia entendeu e porque havia um espaço fechado há muitos anos, sem utilização, era que a Associação pudesse utilizar o anexo de baixo, uma sala pequena, em regime de comodato. Seria feito um protocolo, em que no período de trinta dias, se a Junta de Freguesia viesse a precisar do espaço, este seria retirado. A cedência seria feita, sempre partindo de um pressuposto de que a Junta de Freguesia, não viesse a precisar do espaço mas logo que a mesma necessitasse do mesmo, teriam de ceder o espaço à Junta de Freguesia. Esta até seria uma boa maneira de dar utilização e melhorar um espaço, que estava a degradar.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra à Sra. eleita Célia Duarte, da bancada do CDS, que disse, agora que tinha obtido mais esclarecimentos, já conseguia enquadrar, lamentando que no documento, que lhe tinham feito chegar, só viesse a localização das instalações, o mesmo não era abrangente, quanto à actividade da Associação. Neste sentido e após as explicações do Sr. Presidente, já seria a favor.

Interveio o Sr. Pedro Fernandes, da bancada do PS, pedindo explicações sobre que trabalhos, fazia a Associação, em parceria com a Junta de Freguesia, dado que esta trabalhava há vários anos. Questionava a situação, porque tinha ido pesquisar e não tinha encontrado nada, sobre a ILUSTRA, havia o comentário no facebook, pelo Sr. Jaime Carita, a dizer que “hoje era um dia importante para Vialonga” e hoje, disse, era dia treze de Junho de dois mil e dezoito, em que tinha sido criada a Associação de Imagem. Se tinha sido criada no dia treze, como explicava a existência dos trabalhos de há muitos anos, com a Junta de Freguesia.

O Sr. Presidente da Junta explicou que, com o nome de ILUSTRA, não existia, quem vinha à Festa de Vialonga e tinha visitado exposições fotográficas, que estiveram patentes, durante vários anos, no Salão Nobre, tinham sido feitas por um grupo de pessoas, que não estavam formadas numa associação. Para se formarem numa Associação, foram às finanças, para terem número fiscal e passaram a ter um nome, ILUSTRA e esta funcionou a partir do dia treze de Junho de dois mil e dezoito. As pessoas que tinham fundado a ILUSTRA, eram todos residentes em Vialonga, há muitos anos e há muitos anos que faziam o trabalho, que estava patente nas paredes do Salão Nobre, gratuitamente e que cediam à Junta de

Freguesia. Trabalhavam na Freguesia, se alguém quisesse um trabalho fotográfico da sua localidade, faziam-no, expunham no Salão Nobre, mas os trabalhos eram feitos na casa de cada um, era o seu estúdio. Hoje eram vinte elementos e tinham achado por bem, formar uma associação que se chamava Ilustra e na sequência deste pedido, a Junta de Freguesia só cederia o espaço, porque a associação perante as finanças e a Câmara Municipal se tinha institucionalizado porque senão não era possível.

O Sr. Pedro Fernandes, da bancada do PS, disse que, por esse motivo, estar a pedir a informação adicional, pois até aí existiam dúvidas, quanto à formação desta Associação.

O Sr. Presidente da Assembleia passou então à colocação do ponto, fazendo uma breve apresentação da Associação Ilustra, imagem de Vialonga, colocando depois à votação, tendo sido o mesmo aprovado por maioria.

Interveio a Sra. Ângela Bordalo, da bancada da CDU, para fazer a sua declaração de voto, dizendo que a sua abstenção ia no sentido de, fazendo parte dos Órgãos agora criados, da Associação Ilustra, não lhe parecer correto ter aqui uma tomada de posição.

O Sr. Presidente da Assembleia pediu desculpa pela contagem de votos, mas a presença do novo elemento da bancada do PS tinha criado uma pequena confusão.

A seguir, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Sr. Jorge Cipriano, da bancada da CDU, para dizer que no seguimento da discussão, a salutar, queria clarificar a situação sobre o ponto que tinha suscitado algumas dúvidas, as discussões eram bem vindas, compreendia em termos de Regimento da Assembleia que deveria ser levado a rigor. No entanto, não tinha achado por bem, que as situações que tinham sido criadas, muito junto uma da outra, tivessem acontecido, por isso solicitava que, como eleito da CDU, se fizesse um apelo à Junta de Freguesia, para que, em situações futuras, houvesse um dossier completo e bem documentado, incluindo os estatutos das associações.

Não havendo mais questões, o Sr. Presidente da Assembleia, passou à leitura da ata em minuta, a qual foi lida pelo segundo Secretário, Sr. Paulo Nogueira, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos, desejando a continuação de uma boa noite, dando por encerrada a sessão da Assembleia de Freguesia, cerca das vinte e três horas.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

O Presidente da Assembleia –

A 1ª Secretária da Assembleia –

O 2º Secretário da Assembleia –